

# A COEXISTÊNCIA PACÍFICA: ESTUDOS PARA A HISTÓRIA DE UM CONCEITO INTERNACIONALISTA<sup>1</sup>.

Renato Petrocchi<sup>2</sup>

## RESUMO

O propósito do presente artigo é o de reconhecer e avaliar diferentes acepções históricas do conceito de coexistência pacífica que ficou mais conhecido na política internacional a partir do XX Congresso do PCURSS em 1956. As variações históricas deste conceito, associado de modo permanente à política externa da antiga União Soviética, abriram caminho para apropriações de orientação internacional diversas, dentro e fora do mundo socialista em um arco temporal que antecede e transpõe a Guerra Fria. Esta pesquisa se inscreve na busca das origens e das transformações de um referencial político-teórico da proposição do conceito de coexistência pacífica em uma das fases da política externa brasileira, mais precisamente, a fase da Política Externa Independente conduzida pelo chanceler San Tiago Dantas entre setembro de 1961 e julho de 1962 (objeto de análise de outro trabalho publicado em 2015, <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/275/247>). No presente estudo, entretanto, investiga-se as variações deste conceito histórico polissêmico na política externa da desaparecida URSS enquanto referenciais teóricos para a formulação brasileira da coexistência que esteve na base da atuação internacional do país a partir da década de 1960.

**Palavras-Chave:** coexistência pacífica, história dos conceitos, política externa.

---

<sup>1</sup> Este artigo deriva de uma pesquisa acadêmica sobre o pensamento internacionalista de San Tiago Dantas que venho realizando com orientandos de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF). O presente estudo dá continuidade a publicação no periódico Carta Internacional, volume 10, número 2, de julho-dezembro de 2015 com o título de “San Tiago Dantas: a política externa como instrumento de reforma social e de democracia”. Resulta também da participação na mesa redonda, Política Externa e Interna do Brasil na Guerra Fria do dia 25/09/2017 no Simpósio Internacional, Guerra Fria: entre o local e o global, realizado no Auditório do Bloco G do Campus do Gragoatá da UFF entre os dias 25 e 28 de setembro de 2017..

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro - RJ.  
E-mail: renatopetrocchi@gmail.com

**“We have to learn to think in a new way”**

Manifesto de Russell e Einstein

Londres, 9 de julho de 1955

**INTRODUÇÃO: OS LIMITES DE UM REFORMISMO DE RUPTURA**

Na noite de 24 para 25 de fevereiro de 1956, após o término dos trabalhos oficiais durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (o PCURSS) e, em seção secreta, Nikita Krushev leu um relatório que denunciava, sem meios termos, os crimes cometidos por Josef Stalin, apresentando o ex-líder soviético falecido em 1953, como um tirano imprevisível, responsável pelo regime de terror e de repressão em massa desencadeado desde 1936 e, também, por gravíssimos erros realizados durante a Segunda Guerra Mundial. Esta denuncia comportava, no entanto, limitações importantes porque punha no centro de sua crítica somente o “culto da personalidade” construído em torno de Stalin, gênio infalível como chefe militar, dirigente político e teórico do marxismo científico, descarregando sobre o desposta ausente, “culpas” que eram compartilhadas por um grupo inteiro de dirigentes (inclusive pelo próprio Krushev) e expressavam, na verdade, a natureza do sistema político implantado na federação. A denuncia partia apenas do ano de 1934 e, embora contivesse menção aos crimes realizados com as deportações das nacionalidades, ordenados nos anos de 1943 e 1944, a análise se concentrava essencialmente nos “muitos milhares de comunistas honestos e inocentes<sup>3</sup>”, mortos na sequencia dos monstruosos processos, construídos com base nas confissões extraídas por meio de tortura, mas sem reabilitar formalmente a memória das principais vítimas (como, por exemplo, Nicolaj Ivanovic Bucharin<sup>4</sup>) e sem recordar das outras

---

<sup>3</sup> Khrushchev on Stalin. Special to the New York Times, June, 5, 1956.

<sup>4</sup> Nikolaj Ivanovič Bucharin (1888-1938) foi membro do grupo bolchevista do Partido Operário Social-Democrático Russo, fundado em 1906. Membro do Comitê do Partido se tornou um dos mais importantes teóricos do bolchevismo. Embora tendo se afastado das posições políticas de Lenin durante a Revolução com a defesa da continuação pelos bolchevistas do esforço bélico de modo a transformar essa pressão em uma revolução proletária a nível mundial (tal como defendia Trotsky), a partir de 1921 mudou de posição e passou a se alinhar as políticas leninistas, incentivando o programa de desenvolvimento da Nova Política Econômica. Após a morte de Lenin, Bucharin se tornou membro do Politburo, o organismo dirigente do Partido Comunista da União Soviética e, presidente da

vítimas que estiveram fora do partido, dos erros e atrocidades realizados com a coletivização dos campos<sup>5</sup>. Somente em suas Memórias, Krushev aumentou a escala do grande terror, referindo-se a “centenas de milhões de pessoas fuziladas”<sup>6</sup>.

A importância deste Relatório foi enorme porque pela primeira vez na história da URSS abria-se mão do método da falsificação das informações e propunha-se uma verdade oficial, permitindo uma progressiva transformação do clima cultural no país em uma direção mais dinâmica e democrática<sup>7</sup>. Mesmo antes do XX Congresso, o regime já dava sinais de flexibilização com a ampliação dos critérios de liberalização dos Gulags (abreviação de *Glavnoe Upravlenie Legarei* – Administração Central dos Campos) e, por intermédio da desestalinização formal, deu-se sequência a um processo mais consistente de esvaziamento dos campos de trabalho. Nesta linha de flexibilização, o regime concedeu aos chechenos e aos inguches o direito de retomarem suas terras. O Relatório Secreto nunca se tornou um documento oficialmente reconhecido, mas teve ampla circulação para além dos dirigentes soviéticos e dos filiados aos partidos comunistas tanto, na URSS quanto, nos países chamados “satélites”. Por intermédio de canais reservados e, certamente, com o consenso do próprio Krushev, este documento alcançou o Departamento de Estado norte americano que, em 4 de junho de 1956 o confiou ao *New York Times* a sua divulgação em escala mundial. Este desconcerto de destruição do mito de Stalin entre militantes e dirigentes dos partidos comunistas de todo o mundo pode ter gerado um impulso decisivo e, até mesmo irrefreável, para a revisão da história da URSS e do modo como o comunismo foi realizado historicamente. Todavia, não houve caminho fácil para Krushev que, além de fortes resistências expressas dentro e fora da URSS teve de enfrentar também as consequências indesejáveis de sua política revisionista, as quais se manifestariam nos países do bloco da Europa oriental, produzindo

---

Internacional Comunista (o Comintern) em 1926. No início do período de Stalin, Bucharin começou a ser deslocado destes cargos de influência pelo então novo líder soviético, tendo sido afastado do Comintern e expulso do Politburo. Bucharin foi preso em 1937 sob a acusação de conspirar contra o Estado soviético e processado em 1938 nos processos de repressão conduzidos por Stalin neste contexto, conhecidos como o “grande expurgo”.

<sup>5</sup> COURTOIS, Stephane, WERTH, Nicolas, PANNÉ, Jean-Louis, PACZKOWSKI, Andrzej, BARTOSEK Karel, MARGOLIN, Jean-Louis. O Livro Negro do Comunismo: crimes, terror e repressão. RJ, Ed. Bertrand Brasil, 1999.

<sup>6</sup> Krushev, Nikita. Memórias. RJ, Editora Artenova, vol. 2, 1971, p. 82.

<sup>7</sup> Guerra, Adriano. Il Giorno che Chruscev parlò. Dal XX congress alla rivolta ungherese. Roma, Ed. Riuniti, 1986

dificuldades para o próprio novo dirigente comunista<sup>8</sup>.

A partir de 1953, a União Soviética já forneceu os primeiros sinais de abertura, permitindo aos governos da Hungria e da Polônia a liberalização de alguns dirigentes comunistas encarcerados nos anos precedentes. Os eventos considerados mais preocupantes foram as manifestações deflagradas em junho do mesmo ano em Berlim oriental e em outras cidades da Alemanha comunista. Nestes centros urbanos as devastações causadas pela guerra não eram apenas responsáveis pelos contrastes sociais e políticos. A imposição de uma reconstrução baseada no modelo soviético de industrialização forçada com pesados ritmos de trabalho e sem nenhuma contrapartida para a melhoria do nível de vida social fez explodir protestos e greves operárias que culminaram na forte repressão conduzida pelas tropas soviéticas e no drama de dezenas de mortos.

A divulgação do Relatório de Krushev levou à Europa oriental uma atmosfera mais livre para a manifestação de diferentes estados de ânimo, referendados na época de anti-stalinistas. Estas manifestações contemplaram a recordação dos atos de violência do período da chamada *sovietização* e, portanto, não impediram que tais movimentos ultrapassassem os limites de se transformarem em anti-soviéticos, nacionalistas e anticomunistas. O primeiro país e nação que se deixou levar por este estado de ânimo crítico e reformista foi a Polônia onde uma greve operária em Potsdam, promovida a 28 de maio de 1956, se transformou ao longo do dia em uma verdadeira insurreição com rápida reação também repressora da parte do governo. O conflito se desenvolveu paralelamente no interior do partido comunista polonês onde Wladislaw Gomulka, dirigente afastado e preso desde 1949, saiu vitorioso nas disputas pelo poder e se viu diante da difícil tarefa de conciliar as tensões econômico-sindicais com as suspeitas que pesavam sobre o país acerca da sua escolha comunista e das relações com a União Soviética. Em outubro do mesmo ano, Gomulka se confrontou duramente com Krushev que foi a Varsóvia com uma elite de dirigentes soviéticos. O líder polonês conseguiu negociar uma linha política que abarcava o fim do controle soviético sobre o Exército nacional, a dissolução da coletivização agrária (85% da terra foi devolvida para o controle de pequenos proprietários), o direito dos poloneses de professarem livremente a fé católica e o reconhecimento de uma posição de prestígio ao Clero e às organizações eclesiais.

Desde 1955 já havia começado na Hungria também uma tentativa

---

<sup>8</sup> Medvedev, Roy. Khrushchev, Blackwell, New York, Oxford, Doubleday, 1983.

política, bastante conflituosa de deslocamento do poder: do grupo stalinista para os dirigentes comunistas que haviam defendido a autonomia do país e conseguido sobreviver aos processos de 1949. Em julho de 1956, N. Krushev removeu do governo por intervenção direta, Mátyás Rakosi, responsável pela eliminação dos “titoistas” magiares, mas foi somente após as manifestações promovidas pelos estudantes em Budapeste - as quais adquiriram um caráter de insurreição pela forte conotação nacional - que ocorreram as mudanças mais radicais. Com o consenso soviético, duas vítimas do stalinismo como, Janos Kadar e Imre Nagy foram nomeados, respectivamente, secretário do partido e chefe do governo<sup>9</sup>. No entanto, a esta altura a situação já havia escapado ao controle de ambos líderes húngaros com intensos confrontos entre os insurgentes e a polícia de tal forma extremados ao ponto de adquirirem as características de uma guerra civil, opondo democratas e nacionalistas de um lado e comunistas do outro, enquanto o grupo de dirigentes soviéticos providenciava o envio de contingentes militares para o restabelecimento da ordem no país.

Convencidos com muita dificuldade por I. Nagy de que o governo estava retomando o controle do país, os soviéticos começaram a se retirar em 29 de outubro de 1956, mas no dia 1 de novembro foram reforçados novamente os movimentos de tropas diretas sobre Budapeste. I. Nagy reagiu rapidamente com a proclamação da saída da Hungria do Pacto de Varsóvia e com a defesa da neutralidade do país, solicitando a ajuda da ONU. Após agitadas reuniões e contatos internacionais, especialmente com Mao Tse-Tung e Tito, os dirigentes soviéticos sustentaram que estava em curso uma tentativa contra revolucionária e convenceram J. Kádár a recorrer a uma nova e mais intensa intervenção de tropas do Pacto de Varsóvia em 4 de novembro.

A supressão do movimento de resistência, realizada pela URSS entre 4 e 8 de novembro, foi extremamente violenta e total, ainda que exista até hoje no debate histórico contemporâneo, fortes divergências sobre o número de vítimas. I. Nagy foi preso pelos soviéticos, submetido a um processo secreto, condenado a morte e executado em janeiro de 1957. Krushev foi ardiloso em utilizar o Relatório sobre Stalin enquanto um instrumento de afirmação e legitimação de sua política reformista, mas como não imaginou as consequências de suas denúncias nos países satélites onde importantes setores populares foram mobilizados

---

<sup>9</sup> Le Breton, Jean Marie. *La fin de Ceausescu: Histoire d'une révolution*. Paris, L'Harmattan, 1996.

para derrubarem as gigantescas estatuas do ex-ditador e tirano de suas nacionalidades? Quase inevitavelmente, Krushev viu crescer a oposição entre os velhos dirigentes do partido. O confronto político mais decisivo ocorreu no Comitê Central de junho de 1957 quando Krushev conseguiu derrotar o grupo formado em torno de Molotov e Malenkov, obtendo o rebaixamento de ambos os adversários para cargos secundários. No ano seguinte esta trajetória de ascensão de Krushev alcança o cume com a nomeação do novo líder para o cargo de Secretário do Partido e Presidente do Conselho de Ministros.

## COEXISTÊNCIA E COMPETIÇÃO NA POLITICA INTERNACIONAL

Em contraponto à tese de Stalin de que enquanto o imperialismo sobrevivesse, a guerra entre os dois sistemas seria inevitável, Krushev estabeleceu no XX Congresso que, nas relações *entre o socialismo e o capitalismo, a guerra deveria ser substituída pela competição* e que o socialismo era capaz de vencer tal disputa em um contexto de *coexistência pacífica*, mas que “o desenvolvimento da civilização levará inevitavelmente a liquidação do sistema capitalista<sup>10</sup>”. Esta linha de atuação não abandonava a tese da incompatibilidade ideológica entre os dois campos que, na verdade, limitava a própria possibilidade da *coexistência*. O grande desafio da estratégia da *coexistência* era o de superar o âmbito das relações diplomático-militares e desenvolver linhas de cooperação política com governos ou com movimentos políticos e sociais que não partilhavam com a URSS uma plena homogeneidade no campo da ideias<sup>11</sup>.

Favorecidas pelo armistício da Guerra da Coreia, posições similares foram sustentadas por Krushev desde 1954 e tinham tornado possível reconsiderações sobre os tratados de paz de 1945/1946 (Paris, Moscou e Londres) que ficaram em suspenso por oito anos após o término da Segunda Guerra. Este breve momento a partir de 1954 foi o primeiro

---

<sup>10</sup> Khrushchev, Nikita. Memórias. RJ, Editora Artenova, vol. 2, 1971, p. 83.

<sup>11</sup> Foi o que aconteceu com o trabalhismo democrático de San Tiago Dantas e a Política Externa Independente conduzida por este Chanceler entre setembro de 1961 e julho de 1962 que se apropriou da estratégia da coexistência pacífica para universalizar as relações comerciais e diplomáticas do Brasil de modo autônomo aos alinhamentos da Guerra Fria, conforme procurei demonstrar no artigo “San Tiago Dantas: a política externa como instrumento da reforma social e da democracia” Carta Internacional, vol. 10, número 2, jul-dez, 2015, pp 81 a 96.

a ser denominado de “degelo” ou “distensão” pelos analistas políticos contemporâneos da Guerra Fria desde a escalada das tensões de 1947 em diante. A ocupação por parte dos quatro vencedores da Segunda Guerra (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França) da cidade de Viena e da própria Áustria terminou em maio de 1955, sendo este último país reconhecido como vítima, com muita generosidade, e não cúmplice do nazismo. A Áustria enquanto Estado aderiu, a partir desta data, a um tratado de neutralidade na competição entre os dois sistemas.

Kruschev começou sua política reformista realizando longas viagens alternadas, dentro da União Soviética e para o exterior: esteve na China em 1954, na Iugoslávia em 1955 reconciliando-se com Tito, na Índia, na Birmânia e no Afeganistão também em 1955 com o nítido sinal de interesse pela Conferência de Bandung e, finalmente na Inglaterra em 1956 um pouco após o XX Congresso. No entanto, a viagem do novo líder soviético que mais ressoou o clima de distensão da coexistência foi a sua participação na Conferência de Genebra dos “quatro grandes”: Kruschev, Eisenhower, Antony Eden e Edgar Faure realizada no mês de julho de 1955 e, portanto, simbolicamente, dez anos após a Conferência de Potsdam de julho de 1945. Em Genebra, o debate entre os quatro grandes se desenvolveu em torno do futuro da Alemanha, da paz e do desarmamento com proposições bastante moderadas e razoáveis, porém as cláusulas alcançadas foram consideradas inaceitáveis pelas diferentes partes.

Não houve acordo algum no Encontro dos “quatro grandes”, mas os premiês participantes conseguiram deixar uma atmosfera bastante cordial e propícia para futuros entendimentos. Uma continuidade desta atmosfera foi a viagem à Moscou do chanceler da Alemanha ocidental, Adenauer. Mas, também não houve acordo nenhum sobre o futuro da Alemanha nesta viagem pois, para Adenauer a Alemanha oriental (a República Democrática Alemã, RDA) simplesmente não existia. A visita do chanceler alemão à Moscou gerou, pelo menos, o resultado do reconhecimento recíproco dos dois países. Na sequência destes eventos distensíveis foram desbloqueadas as restrições que impediam a entrada de novos membros na ONU: em dezembro de 1955, entraram nas Nações Unidas a Áustria e outros 15 Estados entre, ex-colônias e países da Europa centro oriental considerados satélites de Moscou. Ingressaram na ONU também a Itália, a Espanha e Portugal. O restabelecimento de relações diplomáticas entre a URSS e o Japão e, o ingresso deste último

país também nas Nações Unidas complementou o quadro das distensões até 1956.

Todavia, 1955 foi um ano ambivalente com o rearmamento da Alemanha e a promoção do Pacto de Varsóvia, mas estes eventos estavam inscritos na lógica da divisão da Europa em duas áreas de influência política e a mesma reflexão pode ser feita para a repressão da revolta na Hungria em 1956 a qual causou efetivamente muita comoção mas, foi também rapidamente esquecida. O segundo semestre de 1959 (setembro) foi marcado pela viagem de Krushev aos Estados Unidos. O presidente Eisenhower e o público norte americano receberam calorosamente o líder soviético enquanto grandes mostras sobre as realidades estadunidenses e soviéticas foram promovidas em Moscou e em Nova York. Este intercâmbio de interesses e atenções deram a impressão de que a Guerra Fria havia terminado.

A expressão *Cold War* foi cunhada por Walter Lipmann em 1947 no contexto das controvérsias acerca da não aceitação dos recursos do Plano Marshall por parte da União Soviética e dos países da Europa centro-oriental e, desde então, o termo recebeu inúmeras definições. Todavia, se avaliarmos o sentido mais estrito desta expressão enquanto conflito que impediu apenas o confronto armado direto entre os principais contentores, mas não evitou efetivas guerras indiretas, longas e intensamente sanguinárias, os eventos em torno do biênio 1954/1955 sugeriram o fim da Guerra Fria. Os sinais de distensão destes anos combinados com o advento de um equilíbrio reconhecido pelas potências competidoras demonstravam que a configuração bipolar não precisava necessariamente desencadear uma “guerra fria”. Porém, uma avaliação similar poderia parecer menos verdadeira de um outro ponto de vista. Entre 1955 e 1961, a guerra fria prosseguiu permeada pelos recursos crescentes às ameaças dos experimentos nucleares, cada vez mais publicizados pelos meios de comunicação e, estas perspectivas de um conflito de fim do mundo atingiram a expressão máxima nos anos de 1961 e 1962 com os eventos relacionados à crise dos mísseis de Cuba.

Mas afinal, retomando o nosso objeto de estudo inicial, de onde veio a política de coexistência pacífica soviética? No que ela, efetivamente, consistiu e quais foram os seus diferentes sujeitos e suas diversas apropriações?

## ESTUDOS PARA A HISTÓRIA DE UM CONCEITO POLISSÊMICO.

A primeira observação a ser feita é de que a *coexistência pacífica* consistiu em uma referência permanente na história da política externa soviética. A origem desta expressão remonta ao nascimento do Estado soviético e a sua enunciação pioneira veio de Vladimir Il'ich Ul'janov, mais conhecido pelo pseudônimo de Lenin. A *Coexistência pacífica* constituiu, também, em uma espécie de “doutrina”, um sistema de coordenadas para as linhas de atuação da política externa soviética. A *coexistência* se inscreveu nas tentativas de afirmar novas concepções para as relações internacionais após a Grande Guerra de 1914-1918, contrapondo-se às tradicionais relações entre os Estados do “velho mundo” tanto, a Europa das guerras napoleônicas quanto, a Europa da Santa Aliança ou ainda, o sistema internacional da “Era dos Impérios” que originou o próprio conflito mundial no início do século XX.

É possível encontrar a “certidão de nascimento” da concepção de *coexistência pacífica* no Decreto Sobre a Paz emitido pelo governo revolucionário logo após a sua constituição em outubro de 1917. Há na historiografia específica sobre o tema, divergências interpretativas sensíveis quanto a esta proposição. Enquanto Edward Hallett Carr sublinha a “linguagem mais wilsoniana do que marxista<sup>12</sup>” do *Decreto* e, identifica neste documento a ausência dos temas tradicionais da doutrina marxista da guerra e da paz, com a conclusão de que sua substância política consiste na proposta de uma *paz democrática* a ser obtida por intermédio de tratativas e negociações; Adam Bruno Ulam em seu estudo *Expansion and Coexistence* coloca em evidência a nova linguagem na diplomacia internacional e, individualiza esta novidade no “apelo aos povos” que conclui o documento o qual representaria, em sua avaliação, a prova de que os bolchevistas estavam firmemente convencidos de que “se no curto prazo o poder soviético devia ser mantido graças a imediata interrupção das hostilidades, no longo prazo [...] a paz só poderia ser assegurada se ocorresse a revolução socialista em outros países<sup>13</sup>”

Esta contradição entre a perspectiva de uma paz imediata e

---

<sup>12</sup> CARR, Edward Hallett. *La Revolución Russa: de Lenin a Stalin, 1917-1929*. Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 53.

<sup>13</sup> ULAM, A. B. *Expansion and Coexistence: a History of Foreign Policy, 1917-1967*. London, 1968, p. 78.

negociada e outra a ser conquistada mediante a exportação da revolução explodiu com toda a sua força política nas discussões do Comitê Central durante o Tratado de Brest-Litovsk. Neste contexto extremamente dramático e desfavorável ao novo regime, não houve possibilidade para escolhas decisivas entre as alternativas de uma “paz democrática” e uma “paz revolucionária” e as divergências expressas pelas lideranças bolchevistas ficaram em suspenso.

Vale a pena acompanhar o desenvolvimento de determinadas análises de Lenin diante das transformações políticas, internas e externas, ao novo Estado soviético entre o fim da guerra civil (1920) e a conhecida Conferência de Genova (1922). No discurso de Lenin a 6 de dezembro de 1920, o líder soviético após avaliar a tese de John Maynard Keynes em *As Consequências Econômicas da Paz*<sup>14</sup>, propôs a hipótese de que a reconstrução econômica e a própria eletrificação do país poderiam ocorrer no quadro de uma cooperação internacional, de um “programa positivo de edificação” em escala mundial<sup>15</sup>. Dentro deste espírito, foi elaborado um decreto sobre as *concessões* que previam “um impecável programa de econômico de reconstrução das forças econômicas do mundo mediante a utilização de todas as matérias primas, aonde quer que se encontrassem<sup>16</sup>”. No entanto, Lenin parecia tomar consciência, cada vez mais, de que as perspectivas de uma colaboração internacional no longo prazo onde a Rússia revolucionária desempenhasse essencialmente a função de fornecedora de matérias primas, gerava fortes reações em seu partido onde o líder soviético se confrontava tanto, com convicções radicais quanto, com tradições consolidadas as quais, ele próprio em primeira pessoa, havia contribuído para formar por intermédio de seus escritos em tempos recentes, convicções estas que haviam persuadido de fato o “chefe” bolchevista. Para convencer os seus companheiros de partido da necessidade de “concessões” aos capitalistas estrangeiros, ele mesmo fazia também, de sua parte, *concessões*. A Nova Política Econômica (a NEP), cujas *concessões* eram parte integrante do projeto, consistia para Lenin em uma “nova forma de guerra”, ou na “continuação da guerra”

---

<sup>14</sup> KEYNES, John Maynard. *As Consequências Econômicas da Paz*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3).

<sup>15</sup> V. I. Lenin. “Reunión de Militantes de la organización del PC (b) R de Moscú”. In *Obras Completas XXXIV* (Octubre de 1920-mazo de 1921), Madrid, Akal Editor, Ediciones de Cultura Popular, 1978, pp. 163-164.

<sup>16</sup> *Ibidem*. p.164.

e, até mesmo, “numa verdadeira e própria guerra<sup>17</sup>”. Esta *concessão* não deveria durar indefinidamente e, para o chefe bolchevista: “enquanto subsistisse o capitalismo e o socialismo, estes não poderiam viver em paz: ou um ou outro terá ao final a vitória; o réquiem será cantado no fim pela república soviética ou, ao invés disto, pelo capitalismo mundial”. Este era o núcleo do tema da inevitabilidade da guerra que Lenin desenvolveu em um discurso posterior, também dedicado ao problema das concessões: se era verdade, segundo a celebre formulação de Clausewitz de que a guerra contemporânea consistia na “continuação da política em tempo de paz”, a fórmula invertida era verdadeira também, para Lenin, inserindo a política na continuação da guerra “em outra forma e com outros meios”. Esta perspectiva de conflito se aplicava não apenas às relações entre socialismo e capitalismo, mas também às relações entre os próprios Estados Imperiais. Os dissensos que contrapunham estes atores/sujeitos não eram diferenças ocasionais, internas aos partidos por exemplo, mas divergências profundas e não elimináveis de interesses econômicos entre os Impérios e potências na política internacional, localizadas no terreno da propriedade privada da terra e do capital as quais conduziriam a uma linha de disputas permanentes, tornando estereis todas as tentativas de conjugar forças contra o poder soviético. Com base nestas convicções, Lenin considerava “inevitável” uma guerra entre os Estados Unidos e o Japão pelo domínio do Pacífico e, de modo mais geral, identificava na existência das contradições inter-imperialistas, a única garantia de paz para a União Soviética.

As contradições manifestadas por ocasião do debate sobre as concessões se tornaram ainda mais explícitas quando a ideia de uma conferência econômica internacional, há muito cogitada, se materializou e a Rússia soviética foi convidada a participar. A troca de correspondências entre Lenin e o comissário dos negócios estrangeiros, o diplomata Georgij Vasil’evic Cicerin durante a conferência econômica de Genova, oferece um testemunho bastante persuasivo acerca do desenvolvimento do pensamento do líder da revolução. Em carta a G. V. Cicerin de 14 de março de 1922, Lenin além de comentar o “programa pacifista” do comissário que incluía medidas consideradas tradicionais como, o desarmamento, o arbitramento obrigatório e um plano de cooperação econômica internacional, procurou lembrar também do programa da III internacional e de considerar “nosso dever” enquanto comunistas, mas também

---

<sup>17</sup> Ibidem, p. 172.

“comerciantes”, o apoio aos pacifistas do “outro campo”, isto é, o apoio aos burgueses, de modo a contribuir para a desagregação mais ampla do inimigo. Por outro lado, numa reunião do partido de 6 de março de 1922, Lenin expressou abertamente suas reservas e o seu ceticismo acerca da possibilidade da cooperação internacional sob a égide do pacifismo: “a superestrutura dos colóquios políticos de todos os gêneros, de suposições e de projetos” dos quais nos ocuparam tanto em Genova era justamente uma “superestrutura” e, conseqüentemente, precisava “entender que se tratava somente de uma superestrutura com muita frequência, artificialmente construída, inventada, edificada por quem tem interesse de assim proceder<sup>18</sup>”

Os especialistas em história soviética, particularmente em história da política externa soviética, discutiram muito em suas análises se o termo *sozitel'stvo* (convivência), utilizado frequentemente por Lenin foi mais ou, menos equivalente ao termo *sosuscestovanie* (coexistência). Propomos considerar esta questão, por enquanto, pouco relevante e atribuir maior atenção a concepção política de Lenin que pareceu partir da consciência da necessidade inicial de garantir ao próprio país um período de “respiro” em vista de uma inevitável prova futura que, mais cedo mais tarde, este seria constringido à enfrentar. O líder soviético concebeu esta “coabitação” ou, esta “coexistência” essencialmente como uma trégua (*peredyska*), mesmo que somente uma “trégua provisória”. Os pesquisadores que examinaram os escritos de Lenin deste período e adquiriram familiaridade com os seus pronunciamentos sabem hoje da frequência e, mesmo da intensidade do uso do termo *peredyska*.

Já foi observado também que o conceito de trégua encontrado nos escritos de Lenin entre 1920 e 1922 tem um sentido diverso e de maior longo prazo em comparação ao que motivou o tratado de Brest-Litovsk em 1918. Uma coisa é uma trégua em situação de guerra conduzida entre socialismo e capitalismo como ocorreu ou, se supôs ter ocorrido no início de 1918 e durante a guerra civil; outra coisa é uma trégua em situação de guerra de posição e de estabilização tanto nas relações internas quanto nas relações internacionais. Neste último âmbito, esta trégua deixou de ser uma necessidade momentânea, um instante de “respiro” no conflito ou,

---

<sup>18</sup> V. I. Lenin, “La Situación Internacional e interna de la Republica Sovietica. Discurso en la Sección del Grupo Comunista del congreso di toda a Rusia de metalúrgica”, in: Obras Completas XXXV (6 de marzo de 1922), Madrid, Akal Editor, Ediciones de Cultura Popular, 1978, p. 173.

até mesmo, um passo atrás necessário para o impulso de um grande salto adiante e se tornou, nas palavras do próprio Lenin em seu discurso de dezembro de 1920: “uma nova fase em que a nossa existência internacional na rede dos Estados capitalistas é um fato conquistado<sup>19</sup>”. O sentido de *trégua* para Lenin a partir de 1920, portanto, não era mais apenas de dilatação relativamente conjuntural, mas de uma “linha de atuação de longo período”.

As reflexões e redefinições iniciadas por Lenin em seus últimos anos de vida tenderam a abarcar os problemas relativos a inserção internacional da União Soviética e, conseqüentemente, os temas da guerra e da paz. O último escrito de Lenin, “*Mejor poco, pero mejor*” pode ser considerado um ponto de chegada destas (re)avaliações e, para determinados especialistas do pensamento do líder revolucionário este texto equívaleu a uma espécie de seu segundo testamento político. Embora haja neste escrito continuidade do discurso de que a política internacional esteja passando por um movimento rumo a revolução socialista mundial, o autor avalia, também, e de modo mais realista, que os Estados imperialistas conseguiram cindir o mundo em dois campos. Frente ao risco de isolamento da Rússia revolucionária e do Oriente, Lenin vislumbrava justamente em um período de *trégua* bastante longa, as chances de construção de uma sociedade civil no campo socialista. Quanto mais longa fosse uma *trégua*, maiores as chances de fortalecimento da sociedade soviética e de vitória sobre o seu rival. A *peredyska* deixava assim de ser uma necessidade momentânea, uma pausa no processo revolucionário para se transformar em uma necessidade, um objetivo a ser perseguido. *Peredyska* adquiriu assim uma conotação positiva e se tornou a condição necessária para a construção de uma nova sociedade e de uma nova civilização. A perspectiva nesta época de um conflito inevitável a longo prazo entre o Ocidente contra revolucionário, imperialista e o Oriente revolucionário, nacionalista impunha o desafio de uma resistência. A inevitabilidade da guerra no âmbito de uma visão bipolar das relações internacionais e uma concepção substancialmente unilinear da história permaneceu um ponto fechado para muitos bolchevista do PCURSS, mas Lenin deixou uma herança aos seus sucessores que compreendia a necessidade de revisão deste tipo de perspectiva.

---

<sup>19</sup> Lenin. “Informe del Comité Ejecutivo Central de Toda a Russia y del Consejo de Comissarios del Pueblo sobre la Política Exterior e Interna”. Obras Completas Tomo XXXIV, Ediciones de Cultura Popular, AKAL Editor, 1978.

Entre os que se empenharam, antes e depois da morte de Lenin, em um processo de revisão e reelaboração das relações internacionais da Rússia com o campo Ocidental pode-se destacar a figura do comissário Georgij Vasil'evic Cicerin<sup>20</sup> que foi um interlocutor relativamente dissonante do líder revolucionário por ocasião da Conferência de Genova e, ao qual atribui-se a paternidade da expressão “*coexistência pacífica*”. Estudos realizados sobre o pensamento deste diplomata registraram o seu interesse em relação aos problemas da interdependência política e econômica do mundo que emergiu da Grande Guerra de 1914-1918 e a sua influência da temática tradicional do pacifismo mutuo decorrente, talvez, de sua formação originária no regime czarista. Afinal as duas Conferências de Haia foram resultantes das iniciativas da diplomacia russa.

Neste ponto, vale a pena recordar as re(avaliações) também de Nicolaj I. Bucharin. Foi justamente este teórico do Partido que mais avançou na busca de uma abordagem diversa da posição tradicional bolchevista acerca dos problemas da paz e da guerra. A medida que a sua atuação e o seu pensamento político foram se desenvolvendo tornaram-se evidentes também as suas diferenças com o líder revolucionário, Lenin. Bucharin concebeu uma tendência mais acentuada para a “globalidade” da época: num mundo em que a interdependência parecia cada vez mais um fator dominante, todas as guerras, mesmo as guerras nacionais ou de libertação, traziam consigo os riscos de se degenerarem em um conflito de proporções mundiais. A revolução mundial se revelou irrealizável, o mundo não deixou de ser interdependente e a guerra mundial expressou uma carnificina, “uma nova catástrofe e um conflito imprevisível no que se refere a sua forma concreta.” Em 1923 Bucharin escreveu que “se a guerra se repetisse apenas pela metade a intensidade de 1914-1918, os resultados seriam de muito mais extermínios e devastações”. E continuou, “o dever dos bolchevistas era o de levantar a bandeira contra a guerra e unir todos os trabalhadores em torno desta bandeira<sup>21</sup>” .

Até este momento no debate do Partido e do *Comintern*, a expressão corrente tinha sido, “a luta contra a guerra”, entendida substancialmente como nova proposição da tática adotada pelos bolchevistas antes e durante a Grande Guerra de 1914-1918 com o objetivo político de transformar a guerra imperialista em uma guerra civil. Em comparação com a “luta

---

<sup>20</sup> Conferir: Lorenzo Cerimele “Germania e Russia da Genova a Rapallo. Storia dei due paria nell’Europa post-guerra” in: Euroopinione.it, 05/11/2014.

<sup>21</sup> Nikolai Bucharin. *Proletraskaya revolyutsya i kul'tura*. Moscow, Priboi, 1923.

contra a guerra”, a “luta pela paz” se distinguia e se diferenciava por defender e pressupor a convicção de que a prevenção de um “novo 1914” – expressão de uso recorrente também nos debates da III Internacional – era um objetivo a ser perseguido na condição que se realizasse a convergência e a colaboração de uma pluralidade de sujeitos políticos que exercessem uma pressão simultânea e coordenada sobre todos os governos. Como veio a baila a partir de estudos da década de 1980 – última década de Guerra Fria – esta palavra de ordem da “luta pela paz” esteve no centro das discussões dos *Plenum* (Reunião Plenária) de 1926 e 1927 e, Bucharin foi um dos seus defensores mais aguerridos<sup>22</sup>. Esta expressão, no entanto, não prevaleceu e o distanciamento de Bucharin da cúpula do Comintern confirmou definitivamente a sua derrota, interrompendo uma nova e promissora elaboração política.

No lugar da “luta pela paz”, prevaleceu a palavra de ordem da “luta contra a guerra” que aos poucos foi sendo identificada com a *estratégia de defesa da URSS* e como a única forma concreta possível de defesa da paz. Na prática, esta mudança significou não somente a renúncia da perspectiva de prevenção da guerra – com a sua outra face de fortalecimento do conceito da inevitabilidade da guerra -, mas também o retorno a um conceito mais restritivo da *peredyska*.

Durante o VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou em agosto de 1935, a palavra de ordem efetiva que permaneceu foi a da defesa da União Soviética e, o objetivo político efetivamente perseguido era o da expansão de um conflito considerado como inevitável. Joseph Stalin concedeu uma entrevista ao jornalista norte americano Roy Howard em março de 1936, poucos meses após o VII Congresso, identificando como “causa principal” de uma guerra mundial que poderia estourar inesperadamente, não tanto o “fascismo”, que apareceu ocasionalmente em seu discurso, mas o “capitalismo” e nos seus fenômenos imperialistas e expansionistas, fatores que teriam originado, para boa parte do pensamento bolchevista original, a Grande Guerra de 1914-1918. Nesta ocasião, Stalin fez explícita referência ao conceito de “coexistência pacífica”, afirmando que “a democracia norte americana e o sistema soviético poderiam conviver pacificamente”.

Com a chegada da Guerra a partir de 1939, a conflagração foi utilizada por Stalin como forma de confirmar não apenas as suas análises

---

<sup>22</sup> Referência ao Capítulo de A. Di Biagio “L’ultima battaglia dell’oposizione”, in *Studi di Storia Sovietica*. Roma, Feltrinelli, 1981.

e suas previsões, mas também como reforço das posições por ele reduzidas ou simplificadas de Lenin. No seu discurso aos eleitores de 2 de fevereiro de 1946, Stalin afirmou que a Segunda Guerra Mundial não havia sido uma “cópia” da primeira, porque esta última adquiriu “desde o início o caráter de uma guerra antifascista” mesmo que tal reconhecimento precedesse a sua afirmação de que “a Guerra tinha explodido como resultado inevitável das forças econômicas e políticas mundiais na base do capitalismo monopolista contemporâneo” e da divisão deste sistema “em dois campos adversos”. No texto de Stalin, “*Problemas econômicos do socialismo da URSS*<sup>23</sup>”, a alusão ao caráter “antifascista” da guerra foi deixada de lado e, mantida apenas a afirmação de que a Segunda Guerra Mundial foi gerada pela “crise geral do sistema capitalista mundial”. O autor tentou inclusive precisar com particular ênfase que este segundo grande conflito “não começou com uma guerra contra a URSS, mas com a guerra entre os países capitalistas<sup>24</sup>”.

Da experiência da segunda guerra mundial, Stalin não se limitou a destacar apenas uma confirmação da correção de sua linha de atuação política, mas reivindicou também a lição e uma norma válida para o futuro e, ainda, a conclusão de que as teses de Lenin, que “se revelaram corretas no passado”, conservavam toda a sua validade, mesmo nas situações determinadas após o fim do segundo conflito mundial do século XX. Como já foi observado em muitos estudos sobre a história da política externa soviética deste período, um dos pontos de maior relevo da última intervenção escrita por Stalin foi a polêmica em relação as posições dos demais membros e interlocutores do Partido que defendiam a tese da *evitabilidade* de um novo conflito, motivada pelas transformações e inovações que a experiência da Segunda Guerra havia introduzido no sistema político e econômico mundial no sentido de uma maior interdependência.

Na avaliação de Stalin, o mundo do Pós-Guerra não indicava mudanças substanciais em relação ao “entre-guerras” ou, aos “Vinte Anos de Crise”, exceto o aumento do prestígio internacional da URSS. Em sua perspectiva, as contradições imperialistas tinham se tornado muito mais agudas ao ponto de considerar “a desagregação do mercado único e universal como o resultado mais importante da segunda

---

<sup>23</sup> Joseph Stalin. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. RJ, Editorial Vitória, 1953.

<sup>24</sup> Joseph Stalin. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. RJ, Editorial Vitória, 1953, p. 42.

guerra mundial<sup>25</sup>”. Para Stalin, a guerra aprofundou a crise geral do sistema capitalista mundial e a divisão do mundo em dois campos não representava mais uma desvantagem, como avaliara Lenin em seu tempo. A “ruptura do mercado único e universal e a formação de dois mercados mundiais, paralelos e opostos” devia ser considerada como uma conquista e, a possibilidade de uma “repartição periódica das matérias primas e dos mercados de consumo”, que “talvez” evitasse uma “catástrofe bélica”, algo irrealizável nas condições da época. Em tal contexto conceitual, a guerra se tornava mais do que nunca “inevitável” e ganhava força a tese de que para “eliminar a inevitabilidade da guerra era necessário destruir o imperialismo<sup>26</sup>”.

A única inovação introduzida por Stalin em relação a doutrina tradicional foi representada pela observação específica de que a inevitabilidade das guerras (no plural) dizia respeito, antes de tudo, as guerras entre países capitalistas cujos contrastes “se revelaram, já no período da Segunda Guerra, mais fortes do que o contraste entre o campo do capitalismo e o campo do socialismo<sup>27</sup>”. Foi a partir destes pressupostos que Stalin lançou a ideia da coexistência pacífica que apareceu, como vimos, na entrevista concedida ao jornalista norte americano Roy Howard em 1936. Em 1947, Stalin concedeu uma entrevista ao jornalista norte americano Stassen, atribuindo a paternidade da expressão, “coexistência pacífica” a Lenin. “Ele”, segundo afirmação enfática de Stalin, “foi o primeiro que expressou a ideia da colaboração de dois sistemas diferentes” e “Lenin é o nosso maestro” do qual “como convém aos discípulos, “nunca nos distanciamos e não nos distanciaremos jamais<sup>28</sup>”.

A concepção de Stalin da “coexistência pacífica” se revelou, entretanto, bastante restritiva, não somente porque a coexistência continuava a ser percebida como uma trégua cuja duração, mesmo se de longo período, dependia das dificilmente previsíveis complicações das rivalidades internacionais, mas também e, principalmente, porque a esta coexistência se mostrava estranha a qualquer elemento de afinidade política. Para Stalin, a coexistência pacífica mantinha-se essencialmente confinada a esfera diplomático-militar, não implicando em nenhum grau

---

<sup>25</sup> Joseph Stalin. *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS*. RJ, Editorial Vitória, 1953, p. 50.

<sup>26</sup> Joseph V. Stalin. *Problemas econômicos do socialismo na URSS*. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1953.

<sup>27</sup> Joseph V. Stalin. *Ibidem*, p. 51.

<sup>28</sup> Joseph V. Stalin. *Problemi della pace*. Roma, Feltrinelli, 1953, pp. 7 a 9.

de afinidade política entre os Estados *coexistentes* e, muito menos, previa a possibilidade de sua transformação em colaboração ou cooperação política. “O atual movimento pela paz entendido como movimento para manter a paz [...] levará a esconjurando uma guerra determinada, a postergá-la por um certo tempo, a manter por um certo tempo uma paz determinada”, mas “isto não basta para eliminar a inevitabilidade das guerras entre países capitalistas<sup>29</sup>”

A coexistência pacífica assim concebida se configurou como uma teoria da separação; separação política entre dois sistemas contrapostos e, também, separação econômica entre dois mercados contrapostos. Coexistência como a teoria de um isolacionismo soviético desconfiado e suspeito em direção a tudo que era estrangeiro e, uma projeção em direção ao exterior da mesma desconfiança e suspeita que, para Stalin, constituía a regra de governo, o pressuposto do uso da violência e do terror de massa.

O “degelo” que se seguiu a morte de Stalin em 1953 abriu caminho para um conjunto de reflexões políticas e teóricas que alcançaram também, obviamente, o conceito de coexistência pacífica. Este debate se realizou por intermédio de diferentes artigos no *Pravda*, no *Kommunist* e em discursos no *Soviet* supremo a partir de abril de 1953 entre A. Nikonov, Malenkov e Evgeni Varga<sup>30</sup>. Destaca-se aqui a intervenção de E. Varga que foi o principal alvo polêmico do último texto escrito por Stalin, retomando o argumento de que uma eventual terceira guerra mundial constituiria não apenas uma ameaça para o sistema capitalista, mas uma ameaça de existência para toda a humanidade. E. Varga não se limitou apenas a esta constatação, explorando também a proposição de que a coexistência pacífica deixara de ser somente uma possibilidade e tornara-se efetivamente necessária para o desenvolvimento de uma verdadeira e própria colaboração a nível internacional, voltada, em primeiro lugar, a favorecer o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

A crise política aberta no grupo dirigente soviético após a morte de Stalin encontrou seu ponto de coagulação no XX Congresso do PCURSS, realizado em 1956. Pelo que vimos até o presente momento, o Relatório de Krushev pareceu uma tentativa de fazer uma pausa e

---

<sup>29</sup> Joseph V. Stalin. Problemas econômicos do socialismo na URSS. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1953, pp. 50, 51.

<sup>30</sup> Evgeni Varga foi economista soviético russo, proveniente da Hungria e dirigente da terceira internacional comunista.

encontrar um equilíbrio. Esta intervenção representou também um ponto de partida de um processo de redefinições e revisão que abrangeu todo o período de Krushev. Como se viu também neste estudo, o ponto mais controverso do debate político nos anos de 1954-55 foi o da natureza e das consequências de um conflito nuclear. Após Krushev ter afirmado no Relatório que não poderia existir alternativa entre a coexistência pacífica e a “guerra mais devastadora da história” e, conseqüentemente, “não existir uma terceira via”, o novo Secretário mantinha aberta uma saída de segurança em direção a tradição, observando que “na eventualidade dos capitalistas *ousarem* desencadear uma guerra, estes teriam uma *respuesta enérgica*”. Estas oscilações que fizeram parte do documento final do XX Congresso não estiveram isentas de componentes de ambigüidade. A inovação de Krushev, entretanto, na tribuna do Congresso foi a afirmação de que as guerras não eram fatalmente inevitáveis. “Existem hoje”, como observou o Secretário, “potentes forças sociais e políticas que dispõem de meios notáveis para impedir que os capitalistas desencadeiem a guerra e, se estes ousarem a promovê-la, daremos uma resposta enérgica<sup>31</sup>”. Deste modo, Krushev contradizia explicitamente a tese de Stalin em *Problemas económicos do socialismo*. Stalin fez referência também a “potentes forças populares” que poderiam se opor a guerra, mas com o intuito de extrair desta afirmação a conclusão oposta de que não seriam capazes de prevenir a eclosão de um conflito. Sobre este tema, Stalin se apoiava na tese de Lenin de que o “imperialismo gerava inevitavelmente a guerra” e Krushev não podia pressionar tal controvérsia de modo a por em discussão a autoridade do fundador do Estado soviético. O novo Secretário do Partido manteve a tese de Lenin de que “enquanto existisse o imperialismo subsistiria também a base econômica da guerra”. Ao mesmo tempo, esta expressão “base econômica” se coligava a uma afirmação precedente de Krushev de que “a guerra não constituía um fenômeno exclusivamente econômico”. Mesmo que distanciada da tese de Stalin, a enunciação de Krushev no XX Congresso parece manter elementos de ambigüidade e de impasse. Na resolução final do Congresso a fórmula, “a não inevitabilidade da guerra” trazia consigo as contradições da necessidade de uma expressão com dupla negação.

O instrumento principal para perseguir “a não inevitabilidade da guerra” foi, obviamente, a coexistência pacífica que, no XX Congresso

---

<sup>31</sup> N. Krustchev. Informe Secreto al XX Congreso del PCUS. 25 de febrero 1956. <https://www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>

entrou definitivamente no léxico oficial com a dignidade de um verdadeiro e próprio postulado. A *coexistência* constituiu a linha geral da política externa soviética e o seu princípio fundamental. Mas afinal, no que consistiu, de fato, a coexistência pacífica? Enquanto “linha geral” e “necessidade objetiva”, o que diferenciou essa coexistência pacífica da velha tradição da *peredyska*?

Em primeiro lugar, quais foram os sujeitos da coexistência pacífica? No Relatório do XX Congresso, Krushev reconstituiu um panorama da situação internacional onde tudo se resolvia na contraposição entre os dois campos e os dois mercados. Embora o conteúdo complexo tenha permanecido na caracterização dos “dois sistemas econômicos mundiais”, a atenção do documento se dirigia também para o “grupo numeroso de Estados com populações de centenas de milhões de homens que operavam ativamente contra a guerra” e que se posicionavam fora dos blocos na política internacional. Krushev citava a Índia e a Birmânia que, como vimos, ele havia visitado antes do XX Congresso. Sobre a China, o princípio da coexistência pacífica tinha se tornado “uma das pedras angulares desta política externa”. Neste contexto, Krushev fez referência explícita aos cinco pontos propostos pela China e pela Índia, inseridos na Conferência de Bandung, indicando esses pontos como a melhor forma de relações recíprocas entre Estados baseados em sistemas diversos”, chegando a comemorar o fato de que estes países poderiam se tornar a base das relações internacionais entre os Estados em toda parte do mundo”. Estas afirmações parecem expressar uma concepção da coexistência pacífica como uma regra, um código de comportamento para todos e, portanto, concernente não apenas as relações entre os dois blocos, mas também as relações no interior dos próprios blocos: assim, todos os Estados podiam ser sujeitos da coexistência pacífica e esta política resultaria de uma soma de esforços convergentes e, necessariamente, de configuração multipolar. Mais concretamente, a referência à Conferência de Bandung implicava em um reconhecimento do papel desempenhado pelos países não alinhados com a finalidade de manutenção e de consolidação da paz e, conseqüentemente, de uma visão mais articulada das relações internacionais.

A afirmação de Krushev sobre Bandung foi retomada no documento final do XX Congresso, mas de modo prudente. A referência à Conferência dos não alinhados se limitou a “notáveis princípios de relações internacionais”, coincidindo com os de Bandung. Todavia, esta citação se transformou em uma referência isolada. Em todos os documentos

sucessivos, a coexistência pacífica foi concebida essencialmente como uma relação bipolar entre os dois campos ou os dois sistemas com a consequência implícita de que no interior dos dois campos ou sistemas valeriam outras regras. Deste modo, o conceito da coexistência pacífica como regra para todos e construção coletiva se esvaziava e se consolidava, de modo crescente, as relações associadas exclusivamente “as duas principais potências do mundo”<sup>32</sup> E desde o momento que o imperialismo continuava a ser definido como “a única causa da guerra”, o único sujeito da coexistência pacífica era a URSS. A “zona de paz” citada por Krushev no XX Congresso que, compreendia os signatários do documento de Bandung, era mantida como uma imensa retaguarda levada a gravitar em direção a paz soviética.

Associado ao tema dos sujeitos da coexistência pacífica encontra-se o problema do conteúdo deste conceito e, até mesmo, de sua própria definição. Descobrimos também muitas oscilações e ambiguidades nesta investigação. A definição contida no programa aprovado no XX Congresso foi constituída por uma referencia elencada dos cinco pontos da Conferência de Bandung. Na realidade se tratava de uma referencia não muito exata: a coexistência pacífica foi somente um dos cinco pontos de Bandung, mais precisamente, o quinto ponto e com pouco relevo no documento. Muito mais relevante foi o fato de que no XXII Congresso esta definição sofreu significativas modificações como, por exemplo, a retirada da referencia à Bandung enquanto os outros pontos foram igualmente modificados. Enquanto o primeiro ponto, *respeito mutuo, o terceiro ponto, não intervenção nos assuntos internos, e o quarto, iguais vantagens reciprocas*, permaneceram inalterados, o segundo ponto, não agressão, foi substituído pelo principio da “*renuncia da guerra como meio de decisões de questões controversias entre Estados e suas soluções mediante o mecanismo das negociações*”. Por fim, o quinto ponto, *a coexistência pacífica*, foi substituído pela formulação, “*desenvolvimento da colaboração econômica e cultural com base na plena igualdade e da vantagem reciproca*”<sup>33</sup>

Poderíamos continuar a explorar esta árida proza de documentos oficiais, mas não nos parece útil porque tal linha de análise tem confirmado as impressões de incerteza e a ausência de uma definição precisa. Uma

---

<sup>32</sup> Nikita Krushev. La politica dell' Unione Sovietica. Rapporto al XX Congresso del Pcus. Roma, Feltrinelli, 1956, p. 55.

<sup>33</sup> Nikita Krushev. La politica dell' Unione Sovietica. Rapporto al XX Congresso del Pcus. Roma, Feltrinelli, 1956, p. 240.

alternativa escolhida foi a de explorar o problema pelo lado negativo, ou seja, mediante o que a coexistência pacífica não é. Por este caminho, verificou-se um ponto bastante claro: a coexistência pacífica não penetrou no terreno da ideologia e foi por isto incompatível como toda concessão nesta esfera. A primeira formulação deste conceito foi expressa no *Plenum* de janeiro de 1960 e foi reafirmada em muitas outras ocasiões. No programa aprovado no XXII Congresso, a coexistência pacífica foi referendada como uma “forma específica da luta de classes”. Da incompatibilidade entre doutrina comunista e ideologia capitalista, Kruschew havia se convencido do que ele afirmara explicitamente em suas memórias: “A coexistência pacífica é possível entre diferentes sistemas de governo, mas não entre diferentes ideologias<sup>34</sup>”

Uma concessão ideológica implicaria em evidente limitação da possibilidade de que a coexistência pacífica se desenvolvesse em cooperação política com governos ou com movimentos políticos e sociais que não partilhassem com os soviéticos de uma plena homogeneidade de ideias. A ideia de uma convergência assinalada pelo VII Congresso, como vimos anteriormente, não foi retomada e a expressão “luta pela paz” que encontramos frequentemente nos documentos oficiais do período de Kruschew apareceu, porém, sem a devida potência e de modo genérico. Em outras palavras, a coexistência pacífica permanecia, predominantemente, confinada à esfera diplomático-militar mais do que ao âmbito econômico e, deste modo, esta política teve como sujeito os Estados, os governos e, em primeiro lugar, obviamente, o governo soviético.

O período de Kruschew registrou, podemos afirmar, inovações de relevo na política de coexistência, mas tais inovações foram inscritas em um sistema de coordenadas tradicionais. Permaneceu a concepção da história como um processo unilinear que deveria se concluir inevitavelmente com a afirmação em escala mundial de um sistema de organização social superior. E permaneceu, também, substancialmente intacta a concepção da guerra como continuação da política por outros meios.

A fase sucessiva de Leonid Ilitch Brejnev foi caracterizada por uma nítida queda do tom reformista da política soviética em relação ao período de Kruschew. No que concerne a coexistência pacífica, as referências se tornaram cada vez mais raras e protocolares, sendo acentuado o seu caráter predominantemente bipolar. A coexistência se instaurou de modo exclusivo entre os dois sistemas e não foi aplicada nem, às relações

---

<sup>34</sup> Kruschew, Nikita. Memórias. RJ, Editora Artenova, vol. 2, 1971, p. 539.

internas nem, às relações de terceiros Estados. Brejnev adotou a concepção da luta entre os dois sistemas e suas respectivas visões de mundo que haviam se enraizado na história e uma determinada integração entre os dois sistemas era, para o novo secretário, simplesmente impossível. De acordo com esta premissa, a coexistência pacífica foi definida, retomando a fórmula do XXII Congresso: “uma forma específica de luta de classe entre socialismo e capitalismo na arena internacional”. Um elemento de novidade foi representado pela afirmação de que a política de coexistência pacífica era um “compromisso no sentido de que estava baseada na busca de uma razoável equilíbrio de interesses e sobre acordos reciprocamente aceitáveis”. A coexistência pacífica tendeu portanto, a se identificar nesta fase com a “distensão”. Quando consultamos os documentos oficiais dos Congressos e do *Plenum* notamos que as duas expressões apareceram frequentemente associadas e muitas vezes até mesmo equivalentes.

## WE HAVE TO LEARN TO THINK IN A NEW WAY

Nosso interesse para concluir temporariamente este estudo encontra-se, no entanto, na nova concepção de coexistência pacífica que a doutrina oficial do regime não foi capaz de produzir e que nasceu do que poderíamos chamar de “cultura do dissenso”. O seu manifesto foi escrito por Andrej Dmitrievič Sacharov, *Progresso, coexistência e liberdade intelectual* de junho de 1968<sup>35</sup>. A intervenção de A. Sacharov no debate sobre coexistência pacífica foi, efetivamente, polêmica em relação a concepção oficial, a começar pelo questionamento do pressuposto principal do governo soviético: a perspectiva bipolar do mundo. O autor afirmara logo no início de seu manifesto: “a desunião da humanidade é para a própria humanidade uma ameaça de destruição<sup>36</sup>” O que nos parece essencial no pensamento de Sacharov foi a sua concepção de não interpretar a história e o desenvolvimento do socialismo como processos paralelos ou separados em relação a história da humanidade no seu conjunto, mas ao contrário, como parte integrante e integrada deste complexo. “Sem o socialismo”, escreveu A. Sacharov, “a praticidade burguesa e o princípio

---

<sup>35</sup> Andrej Sacharov. *Progresso, coexistência e liberdade intelectual*. Lisboa, Ed. Don Quixote, 1976.

<sup>36</sup> Andrej Sacharov. *Progresso, coexistência e liberdade intelectual*. Lisboa, Ed. Don Quixote, 1976, p.57.

egoístico da propriedade privada geraram ‘o povo do abismo<sup>37</sup>’, descrito em um livro famoso de Jack London e, antes deste autor, referendado por Engels. Para o físico soviético, somente a concorrência com o socialismo, a pressão da classe operária tornaram possível o progresso social do século XX, tanto quanto o sucessivo e inevitável processo de aproximação dos dois sistemas. “Somente o socialismo elevou o significado do trabalho a altura de um empreendimento moral. Sem o socialismo, o egoísmo nacional gerou a opressão colonial, o nazismo e o racismo”. Naturalmente a proposição inversa, para A. Sacharov era verdadeira também, ou seja: “sem liberdade intelectual”, considerada pelo autor indispensável e, sem a liberdade de circulação das ideias, o progresso social do século XX e o próprio socialismo não se realizariam.

O que A. Sacharov contestou não foram, portanto, as ideologias e seus papéis na história, mas a “predicação da incompatibilidade entre as ideologias e as nações do mundo<sup>38</sup>”. Se quiséssemos empregar os termos que o autor adotou, a proposta seria: “uma abordagem internacional verdadeiramente humana”, o único sujeito da história para este físico soviético era o gênero humano em seu conjunto.

Sacharov não deixou claro nesta sua primeira intervenção publicada se este processo de convergência podia ser interpretado como uma predisposição inevitável da revolução técnico científica e do desenvolvimento das forças produtivas ou, se estivesse fundamentado na esperança de existir “um interesse mundial para superar a desunião” ou ainda, como pareceu mais provável, se tivesse apoiado nas duas coisas ao mesmo tempo. Por conta destas possibilidades ele escreveu sobre “uma abordagem científico-democrática para a política, para a economia e para a cultura”. Os acontecimentos e as perseguições sofridas podem ter influenciado estas ambiguidades e a orientação de suas atividades em sentido crescentemente democrático.

No texto de 1968, a “coexistência” que se inscreve no título do pequeno libreto de A. Sacharov foi um conceito radicalmente diferente em relação as múltiplas versões e variantes que exploramos até o presente momento. Esta “coexistência” não se alinhava, nem, com a ideia de “separação” de Stalin nem, com o sentido de *peredyska* de Lenin. Não era também a “*deterrance* - distensão” das décadas de 1960 e 1970 ou, para

<sup>37</sup> Jack London. O Povo do Abismo: fome e miséria do coração do Império Britânico. Uma reportagem do início do século XX. SP, Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 92.

adotar as expressões do próprio autor, o “método tradicional de uma política externa que se pode definir ‘empírico conjuntural’” que consistiu na “melhoria máxima das próprias posições” e no “máximo detrimento das forças opostas”. Este método seria válido se a política fosse um jogo somente de dois em um mundo bipolar, mas a recusa desta bipolaridade, como procuramos demonstrar, foi o ponto de partida do pensamento de Sacharov.

Talvez entre as várias definições de coexistência que identificamos a que mais se aproxima das de A. Sacharov tenha sido a noção de “emulação” lançada por Krushev no XX Congresso a qual, o físico soviético definiu como “corajosa” e, expressão de uma “competição pacífica”. A “possibilidade do capitalismo, se não conduzido de modo cego, não necessariamente ser estrangido a se lançar em uma aventura militar” foi também uma concepção de coexistência do período de Krushev, retomada e desenvolvida por Sacharov. Conforme o autor, “o sistema capitalista e o sistema comunista dispõem da possibilidade de se desenvolverem por um longo período atingindo reciprocamente os elementos positivos de um e do outro e se aproximando de fato em aspectos essenciais”. As diferenças entre Sacharov e Krushev estavam no fato de que os aspectos positivos da “reciprocidade” e da “coexistência” eram privilegiados em relação aos da “conflitualidade”, mas a principal inovação encontrava-se no deslocamento de uma perspectiva que chamamos de unilinear da história da vitória de uma sistema sobre o outro, substituída pela abordagem de uma progressiva aproximação dos dois modelos.

A avaliação de Sacharov da coexistência vai além da concepção meramente atualizada ou desenvolvida da “emulação” e da “competição” de Krushev. A ideia chave do manifesto de 1968 foi bem mais ampla e compreensiva de um “aprofundamento da coexistência pacífica até o nível de colaboração, de uma coexistência cada vez mais aprofundada e da colaboração entre os dois sistemas e as duas esferas. Ou ainda mais, de uma cooperação efetivamente universal<sup>39</sup>” .

Concebida desta forma, a coexistência pacífica deixava de ser uma política confinada a esfera diplomático-militar. O objetivo prioritário de Sacharov foi o de prevenir um conflito nuclear que constituía uma ameaça para a própria existência da civilização e que tornava superada a doutrina clausewitziana e leninista da guerra. Todavia, se este objetivo foi prioritário para o físico soviético o mesmo não o considerou suficiente ou satisfatório.

---

<sup>39</sup> Andrej Sacharov. Progresso, coexistência e liberdade intelectual. Lisboa, Ed. Don Quixote, 1976, p. 58.

Era necessário para Sacharov não apenas criar limitações para prevenir a guerra, mas promover esforços máximos no sentido de eliminar as suas causas. No ano de 1968, os temas da preservação ambiental e da luta contra a fome não tinham adquirido ainda a expressão na agenda de política internacional como na conjuntura contemporânea e, no entanto, os textos de Sacharov já dedicavam um espaço significativo para estas questões. Foi com base em uma avaliação complexa e articulada sobre o estado da humanidade que o autor elaborou na segunda parte de seu livro *Progresso, Coexistência e Liberdade Intelectual*, intitulada “As bases da esperança”, um plano dividido em etapas sucessivas o qual deveria culminar com a criação de um governo mundial no fim do segundo milênio<sup>40</sup>. Embora tal formulação possa parecer uma abstração e uma ingenuidade como outras manifestações anteriores, reconhecidas pelo próprio Sacharov, esta referencia não esteve dissociada do debate político interno soviético. A ideia de um “governo mundial” já havia sido proposta por Bertrand Russell e por Albert Einstein em uma série de textos e declarações públicas no imediato pós-Segunda Guerra do século passado. Em um de seus textos, Einstein se dirigiu, direta e explicitamente, ao governo soviético, exprimindo a sua simpatia pela URSS e, solicitando o interesse pela sua proposta<sup>41</sup>. Zdanov foi o encarregado de responder ao físico alemão por intermédio do relatório da reunião constitutiva do Cominform em setembro de 1947. Neste documento, o Segundo Secretario Geral do PCUS responde a Einstein, rejeitando a ideia de um “governo mundial” e, definindo tal proposta como um ataque ao principio de soberania nacional e “um meio de pressão com o objetivo de desarmar ideologicamente os povos que defendem a sua independência das investidas do imperialismo americano”. Zdanov fez referencia aos “intelectuais burgueses” que se prestavam ao papel de pregadores, no entanto, com conteúdos de “sonhadores e pacifistas<sup>42</sup>”. Após algumas semanas, no dia 26 de novembro de 1947, a revista soviética *Novoe Vremja* publicou uma carta assinada por quatro acadêmicos soviéticos que, embora rendendo homenagem a honestidade intelectual de Einstein, ressoaram de modo menos ríspido os argumentos de Zdanov. Neste período, Sacharov trabalhava na construção da bomba

---

<sup>40</sup> Andrej Sacharov. *Progresso, coexistência e liberdade intelectual*. Lisboa, Ed. Don Quixote, 1976, p. 96.

<sup>41</sup> Albert Einstein. *Como Vejo o Mundo*. RJ, Nova Fronteira, 1998 e Bertrand Russell, *Autobiografia de Bertrand Russell*, RJ, Civilização Brasileira, 1972.

<sup>42</sup> Andrei Zdanov. *Politica e Ideologia*. Roma, Edizioni Rinascita, 1949, p. 45.

atômica soviética e não nutria nenhuma dúvida de que a criação desta superarma teria uma importância vital para o regime. Deste modo, após anos de distancia, a reflexão sobre os problemas da paz e da humanidade que Sacharov havia iniciado, depois da morte de Stalin e do XX Congresso do PCUS, alcançou pleno amadurecimento e o autor, de pai da bomba atômica soviética se transformara em um dissidente político do regime, propugnando a ideia de um governo mundial.

O ambiente científico e acadêmico doméstico soviético foi o mais receptivo aos estímulos externos e procurou dialogar com as ideias de autores como Bertrand Russell e Alfred Einstein. Um exemplo desta predisposição foi o artigo publicado em 1977 pelo acadêmico Markov na revista soviética *Voprosy Filosofii* com o título “Aprendemos a pensar de um modo novo?” que ressoava literalmente uma passagem do manifesto de Einstein e Russell de 1955, “we have to learn to think in a new way”. A resposta que Markov elaborou para a indagação proposta no título de seu artigo foi substancialmente negativa. Havia o reconhecimento de progressos realizados em vários campos e a lembrança dos acordos de Helsinki, do aparente fim da guerra fria e do advento da distensão, mas ao mesmo tempo, o autor sublinhava que no setor decisivo da corrida armamentista nenhum progresso tinha sido efetivamente implementado. Ao contrario, a corrida pelos armamentos continuava e em um ritmo cada vez mais intenso. O pesadelo de um extermínio, possivelmente provocado por um erro humano, pairava de modo cada vez mais inelutável sobre a humanidade. Os homens não tinha aprendido, portanto, a pensar de um modo novo e não tinham dado ouvidos aos apelos de Russell e Einstein tais como, “lembrem-se de sua humanidade e esqueçam de todo o resto” (“remember your humanity and forget all the rest”). Markov propunha, por sua vez, a indagação, se era possível “esquecer todo o resto”, prescindir do pertencimento a uma nação, da própria condição social, das próprias convicções políticas e ideais? A resposta que ele forneceu a esta indagação angustiante foi a de que, se não era possível “esquecer todo o resto”, se não era possível em outros termos, se desvencilhar do peso da história e do passado era, entretanto, possível agir de modo que não se tornasse impeditivo o difícil caminho do movimento geral em direção a paz em uma estrada sinalizada com a seguinte orientação: “aqui passam os representantes do gênero humano”. Se não era possível “esquecer todo o resto”, algumas coisas deviam ser esquecidas: as infinitas variantes do *si vis pacem para bellum*, de Clausewitz ao equilíbrio do terror, o nacionalismo

que como nos ensinou a história do século XX foi uma doença repentina e epidêmica. Se algumas coisas velhas eram esquecidas, apareceram coisas novas que deviam ser incorporadas se houvesse o desejo verdadeiro de aprender a pensar de um modo novo. Antes de tudo, era necessário aprender a pensar em termos universais do gênero humano. Markov retomou a temática de Sacharov: era necessário transformar a paz em um conceito positivo, concebendo-a como um empreendimento coletivo da humanidade, entendida não apenas como prevenção da guerra, mas como um meio de remover as suas causas.

Se o sujeito da coexistência pacífica não pôde ser outro a não ser o gênero humano, esta política não podia ser concebida também diferente de um empreendimento coletivo onde todos seriam chamados para colaborar. Isto implicou, por sua vez, que ninguém podia reivindicar o seu monopólio e que pôde existir – e de fato existiram – diversas concepções de coexistência pacífica. Se os comunistas se convenceram que os progressos da distensão e da paz constituíram a premissa e a base para a vitória do socialismo em escala planetária, Willy Brandt na Alemanha esteve convencido de que a coexistência pacífica permitiria a transformação dos países socialistas em democracias ocidentais e San Tiago Dantas no Brasil apostou também na política de coexistência como a melhor estratégia para afirmar o modelo de democracia com reformas sociais no âmbito das relações interamericanas<sup>43</sup>. Trataram-se de perspectivas diversas, mas que tiveram em comum o pressuposto de que as disputas históricas entre os que sustentaram no passado o comunismo científico e seus opositores só poderiam ser resolvidas com base na coexistência pacífica.

A fase final e ao mesmo tempo de reformulação e reabertura deste processo foi a de Mikhail Gorbachev que desenvolveu o seguinte discurso e argumentação: “Uma tal colaboração é necessária para prevenir a catástrofe nuclear com a finalidade de que a civilização possa sobreviver. Esta colaboração ocorre para resolver juntos e no interesse de cada um outros problemas gerais, também, da humanidade que se agravam. A dialética real do desenvolvimento contemporâneo consiste na combinação entre competição dos dois sistemas e na crescente interdependência dos Estados da comunidade mundial. Justamente assim, mediante o choque

---

<sup>43</sup> Conferir o estudo anterior sobre a estratégia de coexistência pacífica apropriada por San Tiago Dantas no período da Política Externa Independente. Renato Petrocchi. “San Tiago Dantas: a Política Externa como instrumento de reforma social e de democracia”. Carta Internacional (USP), v. 10, p. 81-96, 2015.

entre os opostos, de modo difícil e, em certa medida por erros e acertos, se forma um mundo contraditório, mas interdependente, em boa parte integrado<sup>44</sup>

O conceito de coexistência implícito nestas afirmações aparece notavelmente diverso e novo em relação a todas as formulações oficiais precedentes: não apenas este conceito não se limita a esfera diplomático-militar, mas enquanto combinação dialética entre competição e interdependência e, enquanto síntese dos opostos este conceito deixa de ser uma escolha de um determinado Estado ou campo para se tornar uma tendência objetiva a qual todos podem e são chamados a colaborar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS E TEMPORÁRIAS

É possível distinguir, à princípio, três acepções da expressão “coexistência pacífica”, formulação que ficou mais conhecida no período da Guerra Fria a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 quando o então Secretário Geral do PCUS, Nikita Krushev anunciou esta nova linha de atuação para a política internacional da URSS. Estas três acepções da política de coexistência pacífica corresponderam, por sua vez, a três fases históricas distintas da União Soviética, cada uma caracterizada por um modo particular de conceber o posicionamento do Estado socialista e sua projeção enquanto superpotência no sistema mundial das relações internacionais.

A política de coexistência pode ser entendida, em primeiro lugar, enquanto uma espécie de “trégua”, um momento de expressão máxima da dialética estruturalmente conflituosa entre o país do socialismo e os Estados ditos imperialistas. Tratou-se de uma concepção da coexistência que teria adquirido forma após o fim da guerra civil soviética e se mantido substancialmente inalterada durante todas as três décadas stalinistas (1930, 1940 e 1950). Frente as variações da conjuntura política internacional existiram diferentes avaliações acerca da duração desta trégua, entendida, inicialmente, como uma configuração real da situação do socialismo soviético que se tornou, rapidamente, um objetivo a ser perseguido e adquiriu uma conotação positiva para a URSS. Todavia, esta configuração política permaneceu como uma situação provisória, uma espécie de suspensão do conflito e, se manteve associada a tese da inevitabilidade da guerra e a uma concepção do conflito armado, interestatal, na tradição

---

<sup>44</sup> Michail Gorbacëv. *Ogni cosa a suo tempo. Storia della mia vita*. Roma, Marsilio, 2013.

do general prussiano Carl von Clausewitz da guerra como continuação natural da política.

As grandes novidades do período sucessivo a morte de Stalin (1953) foram identificadas nas dificuldades de afirmação de uma visão do conflito nuclear como fator de destruição da civilização humana e no deslocamento da tese da inevitabilidade da guerra mediante a formulação de Krushev no XX Congresso do PCUS de deixar de conduzir o confronto entre os dois mundos - o socialista e o capitalista - como algo inevitável ou como uma fatalidade histórica. A nova política anunciada por Krushev em 1956, no entanto, não abandonou a tese da incompatibilidade ideológica entre os dois campos que, na verdade, limitava a própria possibilidade da coexistência cujo grande desafio era o de superar o âmbito das relações diplomático-militares e desenvolver linhas de cooperação política com governos ou com movimentos políticos e sociais que não partilhavam com a URSS uma plena homogeneidade no campo da ideias. Manteve-se com Krushev e os dirigentes soviéticos de então não apenas a concepção da incompatibilidade ideológica entre os dois campos, mas também, a convicção de que a melhor política para se garantir a paz seria a evolução das relações internacionais a favor do campo socialista. Esta herança do passado socialista se materializou com mais força no governo Brejnev se traduzindo em uma concepção mais marcadamente conflituosa da coexistência e no destaque para a necessidade da superioridade militar soviética. De modo ainda mais dramático foi atenuado no período Brejnev a preocupação expressa, inicialmente por Krushev da perspectiva de uma guerra nuclear como fim da civilização.

A terceira aceção da política de coexistência teria se originado fora da cultura oficial do regime soviético, nos circuitos do dissenso socialista por intermédio da reflexão de Andrei Sacharov e, mais tarde, adquirido articulação a partir do novo grupo de dirigentes que se reuniu em torno de Gorbachev. Esta nova aceção da coexistência parte do pressuposto de que o campo socialista não deveria mais ser considerado uma entidade paralela ou, contraposta ao resto do mundo, mas sim, uma parte integrante da humanidade, deslocando deste modo, a visão linear da história como um processo destinado a se concluir com a vitória de um sistema sobre o outro. No lugar desta visão tradicional ganha expressão a ideia de uma cooperação universal baseada na interdependência e na reciprocidade.

# THE PEACEFUL COEXISTENCE: STUDIES FOR THE HISTORY OF AN INTERNATIONALIST CONCEPT

## ABSTRACT

---

The aim of this article is to acknowledge and evaluate different historical conceptions of peaceful coexistence, as it was known in international politics since the XXth Congress of the Communist Party of USSR in 1956. The historical variations of this concept, linked with Soviet Union's foreign policy in a permanently basis, have given way to various appropriations in international level, in and out of the socialist world, both before and after the Cold War. This research is focused on the origins and transformations of a theoretical and political frame for the concept of peaceful coexistence within Brazilian foreign policy, especially during the so called Independent Foreign Policy, led by chancellor San Tiago Dantas, between September 1961 and July 1962 (which has been object of analysis in a paper published in 2015, <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/275/247>). In this present paper, however, the research focus on the variations of this polissemic historical concept within the foreign policy of the late USSR that have served as theoretical framework to Brazilian understanding of coexistence and on which its international politics was based from the 1960's onwards.

**Keywords:** Peaceful coexistence, history of concepts, foreign policy.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIAGIO, A. Di. "L'ultima battaglia dell'oposizione", in *Studi di Storia Sovietica*. Roma, Feltrinelli, 1981.

CARR, Edward Hallett. *La Revolución Russa: de Lenin a Stalin, 1917-1929*. Madrid, Alianza Editorial, 1997.

COURTOIS, Stephane, WERTH, Nicolas, PANNÉ, Jean-Louis, PACZKOWSKI, Andrzej, BARTOSEK Karel, MARGOLIN, Jean-Louis. *O Livro Negro do Comunismo: crimes, terror e repressão*. RJ, Ed. Bertrand Brasil, 1999.

EINSTEIN, Albert. *Como Vejo o Mundo*. RJ, Nova Fronteira, 1998.

GORBACËV, Michail. *Ogni cosa a suo tempo. Storia della mia vita*. Roma, Marsilio, 2013.

GUERRA, Adriano. *Il Giorno che Chruscev parlò. Dal XX congresso alla rivolta ungherese*. Roma, Ed. Riuniti, 1986.

KEYNES, John Maynard. *As Consequências Econômicas da Paz*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KRUSCHEV, Nikita. *Memórias*. RJ, Editora Artenova, vol. 2, 1971.

KRUSCHEV, Nikita. *La politica dell' Unione Sovietica. Rapporto al XX Congresso del Pcus*. Roma, Feltrinelli, 1956.

KHRUSHECHEV on Stalin. *Special to the New York Times*, June, 5, 1956.

LENIN, V. I. *Obras Completas*. Madrid, Akal Editor, Ediciones de Cultura Popular, 1978.

LÉVESQUE, JACQUES. *La Russie et son ex-empire: Reconfiguration géopolitique de l'ancien espace soviétique*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2003.

LÉVESQUE, JACQUES. *L'URSS et sa politique internationale, de Lénine à Gorbatchev*, Paris, Armand Colin, 1988.

MEDVEDEV, Roy. *Khrushchev*, Blackwell, New York, Oxford, Doubleday, 1983.

PETROCCHI, Renato. "San Tiago Dantas: a Política Externa como instru-

mento de reforma social e de democracia". Carta Internacional (USP), v. 10, p. 81-96, 2015

RUSSELL, Bertrand, *Autobiografia de Bertrand Russell*, RJ, Civilização Brasileira, 1972.

SACHAROV, Andrej. *Progresso, coexistência e liberdade intelectual*. Lisboa, Ed. Dom Quixote, 1976.

SCHELL, Jonathan. *O Destino da Terra*. RJ, Ed. Record, 1982.

STALIN, Joseph V. *Problemas econômicos do socialismo na URSS*. Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1953.

STALIN, Joseph V. *Problemi della pace*. Roma, Feltrinelli, 1953.

ULAN, A. B. *Expansion and Coexistence: a History of Foreign Policy, 1917-1967*. London, 1968.

ZDANOV, Andrei. *Politica e Ideologia*. Roma, Edizioni Rinascita, 1949.

Recebido em: 30/10/2018

Aprovado em: 27/12/2018